

ESTIAGEM NO RS: CARTA AO GOVERNO DO ESTADO

Porto Alegre, novembro 2020

Excelentíssimo senhor Eduardo Leite

Governador do Estado do Rio Grande do Sul

Excelentíssimo senhor Covatti Filho

Secretário da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural

Excelentíssimo Senhor:

Os agricultores do Rio Grande do Sul iniciaram o mês de novembro preocupados com futuro da produção agrícola, especialmente, das lavouras de grãos, leite e da produção animal. Ao iniciar a semeadura da Safra 2020/2021 se deparam, novamente, com a falta de chuva, que neste período, afeta várias regiões do estado. Inclusive, alguns municípios já têm decreto de estado de emergência.

A pouca umidade no solo afeta o plantio da safra de verão. Muitos agricultores que semearam, terão de refazer o plantio, pois as chuvas não aconteceram ou ficaram abaixo da média e as previsões são nada animadoras devido ao fenômeno La Niña. Mesmo que chova nos próximos dias, as plantas não vão mais se recuperar a ponto de produzir grãos ou servir de alimento aos animais.

Soma-se a isto, a exponencial alta nos preços de alguns alimentos e insumos, dificultando o acesso aos mesmos. Soja e milho puxam a alta dos preços da ração e complementos. Com isso, muitos produtores não conseguem comprar alimento para os seus animais (gado, suínos e aves) e há falta de água devido a estiagem. Ou seja, há uma ausência de regulação nos preços, nos estoques de alimentos e insumos. Ausência de políticas estruturantes que permitam ao agricultor produzir ou se manter no campo e há uma estiagem avassaladora que faz o cenário piorar ainda mais no meio rural.

Considerando a realidade descrita, enquanto entidades representativas da agricultura familiar e camponesa, dos assentados da reforma agrária e das associações e cooperativas da agricultura

familiar, expressamos neste momento a nossa preocupação e apresentamos alguns pontos que gostaríamos de tê-los atendidos.

PONTOS EMERGENCIAIS

1. Água para consumo humano e animal

Sabemos que o Estado do RS está executando um programa de perfuração de poços artesianos, no entanto, é preciso estabelecer medidas emergenciais para o fornecimento de água através de caminhões pipa nos municípios atingidos pela estiagem, tanto para o consumo das pessoas como para o consumo animal. Ao mesmo tempo, priorizar a abertura de açudes e perfuração de poços artesianos nos municípios que decretaram ou decretam estado de emergência.

2. Alimentação animal

a) Adquirir milho em uma ação conjunta com o governo federal e fornecer-lo através da CONAB com subsídio de 50% no preço para agricultores familiares e cooperativas da agricultura familiar até o limite de 150 sacas por agricultor, visando a suplementação da dieta do gado leiteiro, de corte, aves e suínos.

b) Oferecer sementes forrageiras aos agricultores e cooperativas da agricultura familiar para fazer novos plantios.

3. Mercado Institucional de alimentos

a) Realizar termos aditivos no percentual de 25% para as pesquisas de preços ou contratos já efetivados das chamadas públicas de alimentos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

b) Continuar e intensificar a aquisição de alimentos no PNAE e PAA (o governo do estado poderia adquirir no mínimo 30% de alimentos da agricultura familiar para o sistema prisional através do PAA, ou seja, efetivar um PAA estadual nos mesmos moldes do PNAE ou PAA Nacional).

4. Sistematização das perdas

a) Através da EMATER realizar um levantamento semanal das perdas da produção geral dos agricultores devido a estiagem e um levantamento mensal do aumento do custo de produção.

b) Agilizar a emissão dos laudos de PROAGRO pela EMATER ou ainda, realizar convênios com entidades de assistência técnica para acelerar o processo.

PONTOS ESTRUTURANTES

5. Crédito e produção

- a) Disponibilizar crédito emergencial para a subsistência das famílias agricultores mais pobres no valor de um salário mínimo pelo período de seis meses.
- b) Viabilizar um novo programa de Troca-Troca de Sementes de Milho e anistia do valor da primeira fase.
- c) Efetivar a prorrogação das parcelas dos financiamentos junto ao FUNTERRA e FEAPER.
- d) Criar um programa de irrigação para a agricultura familiar associado a um programa de recuperação e preservação de nascentes e segurança hídrica.

6. Cadeia produtiva do leite

- a) A atividade leiteira está presente em mais de 90% dos municípios do estado e é a principal atividade econômica de milhares de famílias agricultoras, impactando diretamente no PIB gaúcho e brasileiro, no entanto, o agricultor familiar não tem condições financeiras de suportar a baixa no preço do leite, a alta dos custos de produção e a redução de mercado. Ou seja, é preciso imediatamente parar a importação de leite para aquecer a economia nos municípios e na agricultura, pois houve um aumento expressivo nos últimos meses na importação.
- b) Operacionalizar efetivamente o FUNDOLEITE.

7. Sistema de Inspeção Municipal (SIM)

Estender a portaria nº 93 de 03/04/2020, após o fim do decreto estadual de calamidade pública devido ao COVID, por mais um ano afim de proporcional que agricultores, agroindústrias e cooperativas possam se restabelecer economicamente.

8. PLANO CAMPONÊS

Dar continuidade ao chamado Plano Camponês (Projeto Atividade 6759 -Apoio à Agricultura Familiar e Camponesa), cuja primeira etapa foi iniciada em 2014, com a execução de R\$ 25 milhões (em valores nominais) como contrapartida aos recursos do Fundo Social do BNDES (II/SA 19/2013 e Carta Consulta encaminhada através do Ofício OF.GG/SJL/UJ – 035, de 11 de junho de 2014).

9. Comitê Gestor

- a) Criar um Comitê Gestor com a participação dos municípios, dos órgãos de Estado, sindicatos e entidades representativas da agricultura familiar para responder as ações emergenciais, mas também para elaborar propostas de políticas públicas estruturantes visando preparar o Estado para a convivência com fenômenos climáticos ou outros fatores intempestivos.

b) Estabelecer imediato diálogo com o Governo Federal para captação de recursos e apoio para implementação de medidas visando minimizar os efeitos da estiagem, da alta dos produtos e insumos.

A produção agropecuária, base da economia gaúcha, especialmente, a agricultura familiar e camponesa, precisam das ações do Estado para enfrentar esse momento de crise, pois o desenvolvimento do Rio Grande do Sul passa pela agropecuária.

Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF)

União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES)